PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Invocando a proteção de Deus e em nome da sociedade mato-grossense, nós damos início à 2ª Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro de 2023, são 13h47min.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Peço ao Deputado Valdir Barranco que faça a leitura da Ata que se encontra sobre a mesa.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 10H32MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (VALDIR BARRANCO) – Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Lida a Ata, coloco-a em discussão. Não há quem queira discuti-la, em votação. Os que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram (PAUSA). A Ata está aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Peço ao Deputado 1º Secretário da Casa, Max Russi, que faça a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Obrigado, Presidente Wilson Santos.

E atendendo a sua determinação.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIO Nº 194/2023, DA SAD; OFÍCIO Nº 205/2023, DO GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL; OFÍCIOS NºS 226, 364, 369, 370, 371 E 372/2023, DA CASA CIVIL; OFÍCIOS NºS 2.375, 2.379, 2.383 E 2.393/2023, DA SECEL.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Presidente, era esse o Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Deputado Max.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Senhor Presidente Wilson Santos, vou fazer uso da palavra aqui e me permita colocar um boné aqui, ó, esse é o boné do Fluminense, 1º Secretário, Max Russi.

O Fluminense está desembarcando daqui a pouco lá na Arábia Saudita para representar o Brasil no campeonato mundial. Se Deus quiser, a final será com Manchester City e vai ser uma disputa do nosso técnico com o Guardiola. Estou confiando no Fernando Diniz para fazer esse embate.

Então, queria convocar aqui todos os torcedores dos outros times para que se aliassem para que o Fluminense traga o bicampeonato mundial! Sabe por que, Wilson? Vou explicar,

em 1950, você que gosta de história, agora uma história do futebol, em 1950 nós tivemos o Maracanaço, o Brasil perdeu para o Uruguai e foi um desastre.

A Fifa ficou muito preocupada. Para você ter uma ideia, o pai do Zico estava nesse jogo assistindo e ele nunca assistiu um jogo do Zico no Maracanã, porque ele fez uma promessa de que nunca mais ia ao Maracanã e não assistiu o Zico no Maracanã, o filho dele.

Então, a Fifa ficou preocupada com isso e marcou um campeonato mundial no Brasil em 51 e 52. Em 51, venceu o Palmeiras, campeão mundial, e, em 52, venceu o Fluminense, então o Fluminense vai disputar o bicampeonato mundial.

Então, à torcida do Fluminense um abraço, e a convocação de todos vocês para, por favor, torcerem; principalmente os flamenguistas, tá!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O senhor poderia falar também do Santos Futebol Clube aí...

O SR. CARLOS AVALLONE – Por isso...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...vai estragar a sua festa.

O SR. CARLOS AVALLONE – ...não, por isso que gosto de ter dois times. Estou preocupado com Vossa Excelência que o Botafogo... Além de tudo, o Botafogo também puxou para trás, então nós estamos passando por um momento difícil com o Santos, mas aqui o Fluminense está em boas quadras.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Fluminense é um time simpático e acho que o Brasil inteiro vai torcer pelo Fluminense, que possa realmente trazer esse caneco, trazer uma alegria para essa torcida maravilhosa.

Próximo inscrito, Deputado Sebastião Rezende... Vai usar a palavra?

Mais alguém presente... Deputado 100% Araguaia, os cabelos caíram todos, mas a votação cresceu, né, Excelência? O Araguaia devolveu a Vossa Excelência esses 4 anos de trabalho profícuo.

Agora, vem um torcedor do Atlético Mineiro, Dr. Eugênio, com a palavra.

O SR. DR. EUGÊNIO – Muito obrigado, Presidente em exercício Wilson Santos e demais colegas.

O Araguaia, realmente, soube reconhecer o nosso trabalho, né, Wilson? E, graças a Deus, o Araguaia tem evoluído muito, tem vivido um momento muito importante e nós estamos bastante felizes com essa evolução do Araguaia.

Inclusive, vocês estavam falando em futebol, o Araguaia vai ser também nome de um time, vai ser não, já é um nome de time de futebol, a Associação Atlética Araguaia, que vai disputar a 1ª Divisão do Campeonato Mato-Grossense e vai mandar seus jogos em Água Boa. Então, agora nós também temos um time de futebol na 1ª Divisão do Campeonato Mato-Grossense.

Mas nós não viemos aqui para falar especificamente disso. Nós estamos indicando, Presidente Wilson Santos, ao governador Mauro Mendes, com cópia ao secretário Gilberto, da Saúde, a necessidade de instalação de hemonúcleos, unidades de coleta e transfusão de sangue, nos hospitais dos municípios de Alto Taquari, Alto Araguaia, Alto Garças, Araguainha, Ponte Branca e Ribeirãozinho.

São núcleos extremamente importantes para que se possa efetuar as coletas e serem utilizadas nos momentos de urgência e emergência.

Nós também estamos indicando aqui... Já tenho falado na Sinfra e há, às vezes, algumas burocracias que acontecem... Tem causado muitos acidentes no entroncamento da MT-240 com a 326 no município de Nova Nazaré.

Já houve vários acidentes nesse entroncamento, não há sinalização e nós estamos aqui pedindo, encarecidamente, à Sinfra que providencie a sinalização horizontal e vertical nesse trecho importante da BR.

Presidente Wilson, nós estivemos fazendo agora, durante 15 dias, um giro por toda a região do Vale do Araguaia, pegando de Barra do Garças indo até Vila Rica, percorrendo todo o extremo da região do Xingu.

Uma preocupação muito grande com a estiagem, as lavouras do Araguaia sentindo muito a ausência e a irregularidade das chuvas. Isso com certeza vai causar um prejuízo muito grande aos municípios da região do Araguaia e nós estamos com uma preocupação muito grande.

Aproveitamos essa ida e visitamos a BR-158, onde foi feita toda uma cerimônia pomposa para que pudéssemos ver pavimentada o trecho ligando a região do Posto do Arnon até Porto Alegre do Norte.

Mais dois minutos, Presidente.

Vieram ministros, houve todo um cerimonial e até então as obras só ficaram na conversa. Nós estivemos lá, Deputado Cattani, e agora, depois de muita pressão popular, as obras começaram definitivamente.

Uma empresa regionalizada, a Semec, que é da cidade de Confresa, que já tem um know-how importante ao longo de vários anos prestando serviço ao Estado de Mato Grosso, já iniciou as obras dos 12 quilômetros iniciais, ligando Porto Alegre do Norte ao bar do Luizinho.

Dando uma demonstração, uma resposta à população do Norte-Araguaia, que realmente dessa vez agora, creio em Deus, se Deus quiser, essa pavimentação dos 131 quilômetros vai acontecer, que, na verdade, vão transformar em 200, devido à mudança do roteiro, devido à questão indígena naquela região.

Era isso, obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo inscrito, Deputado Gilberto Cattani.

Secretaria de Serviços Legislativos
Assembleia Legislativa

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, só quero falar sobre uma Moção de Pesar que apresentamos, na verdade, para o senhor Ademir Ferreira da Silva, ele é pai da nossa servidora da parte jurídica, a doutora Vanessa.

Doutora Vanessa recebeu a notícia de que seu pai estava em Rondônia e estava desaparecido, ela se deslocou imediatamente para lá; ao chegar lá, foi identificado um corpo e era de fato seu pai, mas ainda não está definido pela perícia o motivo que o levou à morte.

Então, a situação é ainda mais terrível para a doutora Vanessa, então quero aqui deixar as nossas condolências, deixar os nossos sentimentos e o apoio total à família da doutora Vanessa.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Todos nós estendemos os sentimentos à família.

Próximo inscrito, Deputado Valdir Barranco.

Mais alguém vai inscrever-se para o Pequeno Expediente? Paulo Araújo.

O SR. VALDIR BARRANCO – Senhor Presidente, volto aqui novamente para falar sobre a saúde do Estado de Mato Grosso e, mais uma vez, estampada aqui na capa do jornal *A Gazeta* de hoje, “Secretária adjunta é denunciada por beneficiar cartel e se afasta”.

Primeiro, quero dizer que fica parecendo que a grande culpada de tudo é a secretária adjunta, quando na realidade é uma peça, é apenas uma peça desse tabuleiro que faz parte de uma investigação muito séria da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso.

E que, por meio da operação denominada de Operação Espelho, subsidiou o Ministério Público com provas tão robustas que não teve outra saída ao Ministério Público senão cumprir com aquilo que é o seu principal propósito: a investigação do patrimônio público e, portanto, fazer a denúncia, agora, contra esse cartel, que está sendo chamado de cartel, de desvios dos recursos da saúde pública.

Então, são mais de 90 milhões pagos a títulos indenizatórios, o que significa isso? Não tem processo licitatório, é um processo simples chamado de pagamento indenizatório para os profissionais que com eles estavam alinhados. É uma grande quadrilha de desvio de recursos públicos da saúde.

Essa menina aqui, a senhora Caroline Campos Dobes Conturbia Neves, que é adjunta do secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo... Está sendo pedido pelo Ministério Público a perda de todas as suas funções públicas, inclusive do concurso, e a devolução, a restituição aos cofres públicos do valor de 57,5 milhões de reais.

Recursos desviados da saúde, enquanto a população perece nas filas, sofre quando passa por um acidente grave; quando tem fraturas, dias, meses. Estou recebendo, depois da minha fala aqui, várias denúncias, pessoas com mais de um ano aguardando cirurgia.

Então, governador, só lhe resta a demissão do Gilberto Figueiredo, não tem... Ele está completamente atolado nessa denúncia do Ministério Público e isso vai ser comprovado, porque... Peço só mais um minuto, para concluir, Presidente Wilson Santos.

Porque são provas robustas, com muitos grampos telefônicos, com as vozes dessas pessoas fazendo tramoias com recurso público, muitos WhatsApp trocados entre eles, muitos e-mails trocados entre eles, que foram acostados aos sete processos, aos sete inquéritos da Polícia Judiciária Civil, que estão subsidiando essa grave denúncia do Ministério Público contra esses servidores.

Portanto, ou o governador exonera imediatamente, demite esse secretário, o secretário Gilberto Figueiredo, o principal responsável pelo caos da saúde de Mato Grosso e que agora está enlameado nessa corrupção toda, ou o governador também vai para a vala junto com ele, se comprometendo como quem também apoia esse tipo de atitude contra o erário.

(O SR. EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Nós sabemos, Presidente, da sua preferência escancarada pelo Pereira, mas pela primeira vez, Max Russi, chego na frente do Pereira. (RISOS)

Quero aqui, Presidente e nobres Deputados, nós temos vários servidores ainda que aguardam a votação do PLC, só comunicar ao conjunto de servidores públicos, nós já avisamos inclusive ao presidente do sindicato, que é o nosso sindicato, sou servidor de carreira da saúde, o Deputado Lúdio Cabral também é servidor de carreira, que nós chegamos a um acordo com o secretário da Casa Civil, Fábio, e com o conjunto dos Deputados Estaduais.

E aqui agradecer e cumprimentar todos os Deputados, não vou citar nome, porque todos ajudaram na costura para manter, especificamente, os efeitos das leis de carreira de cada uma das categorias, em especial a 441, que é que disciplina a carreira da Secretaria Estadual de Saúde, sem prejuízo algum ao conjunto de servidores.

Parabéns a toda a articulação envolvendo o conjunto de servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Obrigado. (APLAUSOS)

O Sr. Wilson Santos – Presidente, só duas observações rápidas. A primeira, que nós possamos retornar amanhã para encerrarmos o ano legislativo, nessa quinta-feira, a proposta já foi debatida entre vários Deputados e a maioria concorda que nós fechemos o ano legislativo amanhã, dia 14, com a Sessão iniciando por volta de 8h, 8h30.

E a outra observação que quero fazer é em relação ao saudoso ex-deputado estadual Luiz Soares, que faleceu há 2 anos com uma tentativa de imputar nele uma ação irresponsável e desonesta. O Ministério Público mais uma vez falhou, mais uma vez foi desautorizado pela decisão judicial, Deputado Max, que reconheceu que a Caravana da Transformação... Que era aquele grande programa de mutirão feito pela gestão do governador Pedro Taques, cujo secretário Luiz Soares fez mais de 60 mil cirurgias oftalmológicas.

E, num determinado momento, o Ministério Público entrou com ação e, no rol de acusados, incluiu o ex-deputado estadual Luiz Soares, ex-senador da República, foi secretário Municipal de Saúde de Cuiabá, fez um trabalho extraordinário, especialmente na atenção básica.

Luiz Soares pode ter todos os pejorativos possíveis, cabeção, cabeçudo, botafoguense, de pouca paciência, mas ninguém, ninguém carimbaria Luiz Soares como desonesto.

Então, ontem... Quero conceder, inclusive, um aparte ao médico Dr. Eugênio, que solicitou.

Por gentileza, doutor.

O Sr. Dr. Eugênio – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Wilson Santos.

Ontem, foi um dia em que, particularmente, lavei a alma, a decisão da Justiça ontem de inocentar não só Luiz Soares, mas inocentar todos aqueles... Principalmente a empresa que prestou serviço na Caravana da Transformação, porque nós tivemos...

O pior governo que o Estado de Mato Grosso já teve foi o do governador Pedro Taques, mas ele fez uma das maiores ações sociais até hoje já feito por qualquer Governo do Estado de Mato Grosso, que foi a Caravana da Transformação.

Falo isso, Wilson Santos, porque trabalhei na Caravana da Transformação, trabalhei como médico, operamos 67 mil olhos, tivemos 0,4% de complicação, superando quaisquer estatísticas de quaisquer literaturas apresentadas em cirurgias de catarata, pterígio e glaucoma.

Esses números por si só falam. Foram mais de 350 mil pessoas consultadas ao longo dos 2 anos de existência da Caravana da Transformação, que percorreu o Araguaia, que percorreu o Nortão, que percorreu a baixada, que percorreu a região do Guaporé, que percorreu todas as regiões do Estado de Mato Grosso, inclusive deu à população indígena a oportunidade de ter acesso à cirurgia de catarata e pterígio.

E, ontem, nós que participamos e vimos de perto a responsabilidade com que os colegas médicos tinham ao realizar cada cirurgia de catarata, o amor com que atendiam cada um daqueles... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais 3 minutos para os Deputados.

O SR. DR. EUGÊNIO – ...obrigado, Presidente.

O amor com que cada um daquelas pessoas... Nós acordávamos 5 horas da manhã, nós descíamos, fazíamos uma oração na hora de começar os procedimentos e terminávamos às 7 horas da noite, com um intervalo de 15 minutos para comer marmitex.

Foi essa a rotina durante 2 anos, que, inclusive, me possibilitou trabalhar no período em que fui, de uma forma covarde, demitido do Hospital Regional de Água Boa, por questões políticas, por questões políticas.

Então, Wilson, quero aqui agradecer as palavras com que você falou de Luiz Soares, mas quero estendê-las a todos aqueles servidores, quer sejam da faxina, quer sejam os baianos que vieram trabalhar na Caravana, saíram de cidades do interior da Bahia para virem trabalhar... E a dedicação desses profissionais, dos profissionais médicos do interior de São Paulo, da Unicamp, da Escola Paulista de Medicina, ao Dr. Fábio, que sofreu uma barbaridade vendo o *Fantástico* publicar uma matéria covarde, mentirosa, que dizia que tinha cegado a população de Mato Grosso.

Tudo isso enciumado também por muitos oftalmologistas que não atendem a população de baixa renda, que não dão acesso às pessoas pobres de ter acesso a cirurgias de catarata e assim, quando o Governo faz, a própria sociedade de oftalmologia, às vezes, critica de forma a nem conhecer o tipo de serviço que é prestado àquela população.

Então, ontem, confesso para você que lavei a alma, fui dormir ontem feliz, fui dormir ontem de uma forma com que pude aqui, com essas palavras, representar doutor Fábio, o senhor que está em Ribeirão Preto, os meus colegas médicos, os servidores que trabalharam em toda a caravana, todos nós estamos de alma lavada.

Muito obrigado.

O Sr. Wilson Santos – Com todo prazer, quero solicitar...

O Sr. Max Russi – Wilson...

O Sr. Wilson Santos – Um aparte ao nobre Deputado Max Russi, que compôs conosco, foi secretário de Estado também, chefe da Casa Civil na gestão do governador Pedro Taques.

O Sr. Max Russi – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Tenho que discordar do Deputado Dr. Eugênio quando ele fala "pior governo da história de Mato Grosso", disso daí tenho que discordar, foi uma época difícil, foi uma época em que houve impeachment, houve uma série de problemática.

Mas também houve avanços, avanços importantes e a caravana foi um desses avanços, foi um grande programa social, foi um programa social em que tive a oportunidade de acompanhar em algumas oportunidades, junto com o Deputado Wilson, o Deputado Avallone esteve junto também, o secretário Gallo, que está hoje no Governo, também.

E levou atendimento a várias regiões de Mato Grosso, trouxe atendimento à Capital do Estado, fez cirurgias. Então... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para os...

O Sr. Max Russi – Só um minuto para concluir agora, Botelho.

Então, foi um governo que... Realmente, está caindo todas as ações que havia, não houve nenhuma ação de problema de corrupção, então acho que seria injusto falarmos isso.

Mas temos que elogiar o programa Caravana da Transformação e outros programas importantes que foram feitos, o Pró-Família foi um programa importante do governo e outras ações importantes também que avançaram, e eu não poderia deixar de fazer também esse registro.

Então, Wilson, parabéns, o Luiz Soares realmente... Tive a oportunidade de trabalhar com ele. Como você falou, tem vários defeitos, mas é um homem íntegro, correto, assim como todos os que trabalharam nesse projeto.

E tenho certeza de que, com a maior lisura possível, tentaram fazer e procuraram fazer o melhor para as pessoas que estavam cegas e precisavam de uma cirurgia, de um tratamento e do atendimento de oftalmo naquele momento.

O Sr. Wilson Santos – Só para, só para... Obrigado, pessoal da técnica, do som, o Presidente autorizou mais 3 minutos, tá! É que, na hora que ele autorizou, falhou o som.

Presidente... Deputado Beto Dois a Um, quero chamar a atenção de Vossa Excelência, esse programa Caravana da Transformação precisa ser reanalisado. É um programa que precisa voltar a acontecer em Mato Grosso. É um programa que, como disse aqui o Dr. Eugênio, que participou dele como médico, fez mais de 67 mil pessoas voltarem a enxergar.

Deputado Max, eu me lembro, foi logo numa das primeiras caravanas, foi em Jaciara, foi a terceira ou quarta, e me lembro de uma senhora que disse: "Olha, eu...", ela acabou de ser operada, aí depois foi... Ela disse: "Eu espero... Já estou muito velhinha, já estou próximo de morrer e eu tenho um neto, eu cuido dele todos os dias, eu que levanto o meu neto, eu que dou banho nele, eu que o arrumo para ir para escola, a minha filha morreu, eu queria, antes de morrer, voltar a

enxergar, eu queria enxergar o meu neto, eu pego nele, eu o cheiro todos dias, mas não sei como ele é e eu espero que essa cirurgia me devolva esse prazer da vida", isso me marcou muito, foi lá em Jaciara.

Também quero divergir do Deputado Dr. Eugênio, o governo do Pedro não foi o pior da história, longe disso. Aquela quadra foi uma quadra perversa, foi a quadra que menos reelegeu governadores no Brasil, houve o impeachment da presidente Dilma, uma crise econômica, uma superinflação, uma retração profunda do PIB. A história tem que ser contada nos seus detalhes.

Tirando essa divergência com o Deputado Eugênio, peço que se incluam no meu pronunciamento os apartes do Deputado Dr. Eugênio e do meu colega secretário de Estado Max Russi, como foi também o Avallone.

O Pedro foi um cara cheio de intenções, no governo do Pedro, praticamente, não houve escândalos de corrupção, ele fez o que pôde, não foi uma quadra fácil, mas tenho certeza de que a Caravana da Transformação, Deputado Beto, é um case que deve ser analisado... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS – ...só um minutinho.

É um case que deve ser examinado com rigor, pode voltar, se o governador quiser mudar o nome... O programa também Pró-Família, que foi idealizado, implantado pelo secretário Max Russi, depois mudou de nome para Ser Família. Não tem nenhum problema, nós não temos essa vaidade.

O verdadeiro político é aquele que quer ver os seus sonhos se realizarem lá na base, com o Ser Família, o Pró-Família, não interessa o nome, isso é o de menos, queremos ver chegar o resultado lá.

E vale a pena o governador Mauro reavaliar, como ele teve a humildade de lá atrás buscar uma obra parada há 34 anos como é o Hospital Central. Eu disse a ele: governador, essa vai ser a obra mais significante da sua gestão, ela tem um conjunto de qualidades.

Que ele faça uma reflexão e que ele possa trazer de volta a Caravana da Transformação.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Wilson.

Só fazer também o meu comentário aqui em relação a isso. Tenho também que a caravana foi muito importante, eu me lembro de uma vez em que fui à região do Araguaia, todo mundo lá operando e o Dr. Eugênio estava lá, encontrei-o suado, cansado, já tinha trabalhado, feito muitas cirurgias, ajudado muito, então realmente ajudou.

E, em relação ao governo Pedro, evidentemente, que foi um momento muito difícil mesmo, o momento político era difícil, o momento econômico era difícil, mas Pedro teve sua importância. Eu falo que, aliás, já falava isso, Wilson, antes da eleição, que a importância do Pedro...

Já tinha a concepção de que o Pedro não seria um grande governador, mas era importante para Mato Grosso, porque Mato Grosso vinha num ciclo de corrupção que precisava ser rompido e o Pedro foi aquele divisor de águas entre a corrupção generalizada que vinha dentro do Estado, inclusive patrocinado, infelizmente, pela Assembleia Legislativa, e naquele momento ele foi esse divisor, tem a sua importância, sim.

Bom, vamos continuar... Ah, o Deputado Wilson está fazendo uma proposta aqui, nós tínhamos deliberado... Eu sou escravo do Regimento, vocês sabem disso, né? E aí, houve a decisão no Colégio de Líderes de que iria ter a Sessão na sexta-feira. Agora, o Wilson fez uma proposta aqui para trazer a Sessão para amanhã, quinta.

Então, coloco aqui para vocês definirem se querem fazer a Sessão amanhã ou se querem fazer hoje à noite, o meu nome é pronto.

O Deputado Fábio Tardin já está colocando outra proposta: que seria de tocar, de fazer todas as Sessões... Fala aí, Fábio.

O SR. FÁBIO TARDIN "FABINHO" – Senhor Presidente, faço outra proposta, pode ser amanhã, quinta, sexta, estou aqui disponível para votar, mas prefiro...
(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. FÁBIO TARDIN "FABINHO" – ...só um minuto.

Mas prefiro que nós façamos a Sessão hoje, já votamos aqui até de noite, até 10 horas da noite, meia-noite, 1 hora, nós estamos aqui para trabalhar.

O Sr. Paulo Araújo – Presidente, e suprimir o Pequeno Expediente, para darmos celeridade na votação, gostaria que Vossa Excelência pudesse comunicar a votação com a galera, suprimir o Pequeno Expediente.

O Sr. Nininho – Botelho, queria sugerir aqui, acho a ideia do Fábio, Fabinho... Eu acho que não precisa marcar no horário da noite, vai, encerra e convoca outra até que seja votado tudo que está em pauta, então dá sequência até o horário que consegue limpar a pauta e libera todo mundo, essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, a proposta do Deputado Nininho e do Deputado Fábio é de fazermos todas as Sessões, de fazermos essa e depois mais duas Sessões, tudo hoje.

Quem concorda com essa proposta, por favor, permaneça como está.

Então, como sou escravo, vou cumprir, vamos fazer tudo hoje.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sessaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8145&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search)

GRANDE EXPEDIENTE

(NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos para a Ordem do Dia.

Projeto de lei complementar, altera a Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 95, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2023, MENSAGEM Nº 136/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO). O parecer é favorável da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, acatando a Emenda nº 5, rejeitando as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 e os Substitutivos Integrais nºs 1 e 2. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 5, prejudicando as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e os Substitutivos Integrais nºs 1 e 2.

Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, primeira pergunta, cabe vista? Cabe vista? Precisa ver se cabe vista; se puder vista, vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vista, sim.

O SR. LÚDIO CABRAL – Pode? Cabe? Então, deixa para janeiro.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, concedo a vista de 5 dias ao Deputado Lúdio Cabral.

Projeto de lei complementar, Mensagem nº 173/2023 (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que altera a Lei Complementar nº 119, de 20 de dezembro de 2002. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Peço para o Deputado Max colher os votos dos Deputados, esse é o do Ministério Público.

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Presidente, pela Ordem.

Senhor Presidente, pela Ordem, só gostaria do senhor... Nós fizemos, nos sentamos no Colégio de Líderes... Da questão das votações que estão aí, a da Mensagem nº 64, nós fizemos todas as discussões, passou o prazo, está desde setembro aqui na Casa, pediu para prorrogar, fazer audiência pública, fez audiência pública, deu parecer.

E o senhor... Nós combinamos, então, de dar o prazo de 24 horas, então nós vamos ter que ter Sessão até terminar as votações, Presidente, porque foi combinado, o senhor participou...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Dilmar, não vai mudar em nada esse projeto ser votado hoje ou ser votado em 8 de janeiro.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...tudo bem, mas nós combinamos...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ele não permite mais vista e não tem mais emenda, eu acho que não tem mais... Não tem necessidade nenhuma de aprovar hoje. (APROVAR HOJE) ou aprovar dia 8, qual a diferença, não tem nada...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...mas o que nós acabamos de combinar...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...entendo que o senhor gostaria de votar, mas...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...quer mais discussão, Presidente, vai deixar a discussão de novo para janeiro...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...mas não tem mais...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...de janeiro vai para fevereiro...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...nós vamos sair de recesso, vamos voltar dia 4, não é recesso, vamos parar...

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...o senhor não pôs o orçamento para votar ainda não, né?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...vamos votar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – O senhor só aguarda aqui, vou ver também como vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vai pedir vista não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como... Pode votar, Presidente? Pode votar, Presidente? Presidente, pode votar?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Oi?

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Pode votar?

Como...

O Sr. Lúdio Cabral – Presidente, só uma Questão de Ordem.

Se o PLC nº 56 já está em condições de votar, de colocá-lo... Não está pronto ainda? (MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota o Deputado Beto Dois a Um?

Esse é o do MP. SIM.

Como vota o Deputado Carlos Avallone?

Esse é o projeto do Ministério Público.

Avallone, SIM.

Como vota Dilmar Dal Bosco? SIM. Como vota Júlio Campos? (PAUSA) Como vota Paulo Araújo? SIM. Como vota Sebastião Rezende? SIM. Como vota Janaina Riva? (PAUSA) Como vota Juca do Guaraná? (PAUSA) Como vota Silvano Amaral? SIM. Como vota Thiago Silva? SIM. Como vota Diego Guimarães? SIM. Como vota Lúdio Cabral? SIM. Como vota Nininho? SIM. Como vota Valdir Barranco? SIM. Como vota Wilson Santos? SIM. Como vota Cláudio Ferreira?

Como vota... Cadê o Cláudio? Cláudio Ferreira, SIM.

Como vota Elizeu Nascimento? (PAUSA) Como vota Elizeu Nascimento? SIM. Como vota Faissal Calil? (PAUSA) Como vota Gilberto Cattani? SIM. Como vota Dr. Eugênio? SIM. Como vota Max Russi? SIM. Como vota Fábio Tardin "Fabinho"? SIM. Como vota Valmir Moretto? (PAUSA)

Como vota Júlio Campos? Ausente. Como vota Janaina Riva? Ausente. Como vota Juca do Guaraná? Ausente. Como vota Faissal Calil? Ausente. Como vota Valmir Moretto? Ausente.

Presidente, 18 votos SIM e 5 ausências.

Presidente? Botelho? Botelho, 18 votos SIM e 5 ausências.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 18 votos SIM, o PLC está aprovado. Vai à 2ª votação (LEIA-SE "VAI AO EXPEDIENTE").

Projeto de Lei Complementar nº 72/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO) do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o sistema de cargos e remuneração da magistratura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso; revoga, em parte, a Lei Complementar nº 242, de 17 de janeiro de 2006; revoga as Leis Complementares nº 449, de 8 de dezembro de 2011, e nº 468, de 5 de junho de 2008. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Deputado Max Russi, por favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Quero pedir atenção dos Deputados para a votação.

Como vota o Deputado Beto Dois a Um? SIM. Como vota Carlos Avallone? SIM. Como vota Dilmar Dal Bosco? Como vota Júlio Campos? (PAUSA) Como vota Paulo Araújo?

Dilmar Dal Bosco, vota SIM.

Como vota Paulo Araújo? Paulo Araújo vota SIM. Como vota Sebastião Rezende? SIM. Como vota Janaina Riva? (PAUSA) Como vota Juca do Guaraná? (PAUSA) Como vota Silvano Amaral? Silvano Amaral, SIM. Como vota Thiago Silva? SIM. Como vota Diego Guimarães? (PAUSA) Como vota Diego Guimarães? SIM. Como vota Lúdio Cabral? (PAUSA) Como vota Lúdio Cabral? SIM. Como vota Nininho? SIM. Como vota Valdir Barranco? SIM. Como vota Wilson Santos? SIM. Como vota Cláudio Ferreira? (PAUSA) Como vota Elizeu Nascimento? SIM. Como vota Faissal Calil? (PAUSA) Como vota Gilberto Cattani? SIM. Como vota Dr. Eugênio? SIM. Como vota Max Russi? SIM. Fábio Tardin como vota? SIM. Valmir Moretto como vota? (PAUSA)

Vamos à segunda chamada.

Como vota Júlio Campos? Ausente. Como vota Janaina Riva? Ausente. Como vota Juca do Guaraná? Ausente. Como vota Cláudio Ferreira? Ausente. Como vota Faissal Calil? Ausente. Como vota Valmir Moretto? Ausente.

Presidente, 17 votos SIM e 6 ausências.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 17 votos SIM...

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Presidente, só um minutinho, desculpa, 18 votos SIM com o voto do Deputado Moretto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 18 votos SIM, o PLC está aprovado. Vai para a 2ª votação.

PLC nº 55/2023 (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 55/2023, EM 2ª DISCUSSÃO), do Deputado Dilmar Dal Bosco, que acrescenta o inciso V no parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 592, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades Poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Por favor, Deputado Max Russi, é um projeto de lei complementar, colete os votos ao PLC do Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota Deputado Beto Dois a Um? SIM. Como vota Carlos Avallone? SIM. Como vota Dilmar Dal Bosco? Como vota Júlio Campos? (PAUSA) Como vota Paulo Araújo? SIM. Como vota Sebastião Rezende? SIM. Como vota Janaina Riva? (PAUSA) Como vota Juca do Guaraná? (PAUSA) Como vota Silvano Amaral? SIM. Como vota Thiago Silva? SIM. Como vota Diego Guimarães? SIM. Como vota Lúdio Cabral?

Esse é o Projeto de Lei Complementar - PLC nº 55/2023.

Lúdio Cabral, NÃO.

Como vota Deputado Nininho? SIM. Como vota Valdir Barranco? NÃO. Como vota Wilson Santos? SIM. Como vota Cláudio Ferreira? SIM. Como vota Elizeu Nascimento? (PAUSA) Como vota Valmir Moretto? SIM, Valmir Moretto, SIM. Como vota Faissal Calil? (PAUSA) Como vota Gilberto Cattani? SIM. Como vota Dr. Eugênio? Max vota SIM. Como vota Fábio Tardin? SIM.

Vamos à segunda chamada.

Como vota Júlio Campos? Ausente. Como vota Janaina Riva? Ausente. Como vota Juca do Guaraná? Ausente. Como vota Elizeu Nascimento?

Ah, Faissal Calil vota SIM. Faissal Calil vota SIM.

Elizeu Nascimento como vota? Elizeu Nascimento vota SIM.

Vamos aos votos. Presidente 18 votos SIM, 2 votos NÃO e 3 ausências.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 18 votos SIM e 2 NÃO, o PLC está aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 2.236/2023, Mensagem nº 139/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2024. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

É a LOA.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Bem entendido que nós vamos fazer as mudanças na Lei Orçamentária para a 2ª votação. Então, os Deputados podem apresentar as suas emendas.

Projeto de Lei nº 1.821/2023, Mensagem nº 129/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que institui o Programa Escolas Cívico-Militares no Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto nos termos do Substitutivo Integral nº 1, rejeitando as Emendas nºs 1, 2 e 3. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

Em discussão. Ninguém para discutir, em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão...

(O SR. CARLOS AVALLONE DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...não, esse é o da escola cívico-militar.

Voto contrário do Deputado Valdir Barranco, Deputado Lúdio Cabral e só.

Faissal, essa mãozinha sua assim, o que você quer dizer com ela? Ah, aprovado. (RISOS)

Então, com dois votos contrários, está aprovado. Vai ao Expediente.

PDL nº 7/2023 (PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7/2023, EM 2ª DISCUSSÃO), da Mesa Diretora, que dispõe sobre o Auxílio Assessoria de Segurança Legislativa aos servidores efetivos e comissionados da Coordenadoria de Segurança Militar (E LEGISLATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS). O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública, rejeitando as Emendas nºs 1, 2 e 3. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, prejudicando as Emendas nºs 1, 2 e 3.

Em discussão... Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, não quero nem polemizar esse assunto aqui; mas, junto com os Deputados Júlio Campos e Sebastião Rezende, nós apresentamos 3 emendas, para não dizer que somos radicais, uma emenda eleva a gratificação que está sendo dada de 800 reais para 1.000 reais, a outra emenda para 1.200 reais e a terceira emenda para 1.400 reais mês.

Basicamente, o que também os policiais militares já recebem nesta Casa, nós convivemos com esses agentes de segurança aqui diuturnamente, prestam serviços relevantes à Casa.

E as emendas, não sei por que cargas d'água elas foram reprovadas na comissão. Então, nós gostaríamos... Eu e o Sebastião e outros, para que possamos... São apenas, na verdade, não são nem 20, são 16, são 16 apenas.

Inclusive, defendo que nós tínhamos que incluir os três da copa também. Eu fico impressionado, Deputado Max, como esses três garçons da copa trabalham nesta Casa, nós vamos embora, aí vem as chamadas Sessões Solenes de homenagem, de entrega de cidadania, de moções de aplausos e esse pessoal, já idoso, vara a noite conosco aqui. É o seu Jorge... Que inclusive agora submeteu-se a uma cirurgia coronariana, colocou vários stents, está em recuperação, o irmão dele e a senhora.

Então, dentro desse projeto aqui, eles não estão contemplados. E eu disse que nós vamos estudar para que, no mês de janeiro, nós possamos fazer justiça a esses trabalhadores humildes, simples, anônimos, porque 200 reais para nós não fazem falta, mas para eles fazem muita falta.

Então, que nós possamos... Nós que votamos o orçamento agora de 35 bilhões, nós que discutimos bilhões e bilhões e bilhões e trilhões, às vezes, ficamos insensíveis quando tratamos de 200 reais, 400 reais, 600 reais para um trabalhador exímio, para um trabalhador que cumpre a carga horária com pontualidade e assiduidade.

Então, em nome do colega Deputado Júlio Campos, que não se encontra aqui, do Deputado Fabinho, que é uma biografia extraordinária, hoje é nosso colega Deputado, mas começou sua vida laboral como um gari, foi gari da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

E, pela sua perspicácia, pela sua devoção, pelo seu foco... Você cresceu pelas próprias pernas, pelos seus próprios valores e hoje representa uma parcela importante da sociedade mato-grossense assim. Quantos Fabinho estão por aí, quantos Fabinho também merece esse apoio... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Senhor Presidente, é só para parabenizar a Mesa Diretora pela iniciativa de fazer justiça aos nossos seguranças civis que trabalham aqui, estão aqui atendendo a todos, Deputados Estaduais, as pessoas que vêm até a Assembleia Legislativa.

Em função disso, eu e o Deputado Wilson fizemos uma emenda entendendo ser justo equiparar esse auxílio ao que os policiais militares recebem, que é de 1.400 reais, que eles também possam receber 1.400 reais. Como o Deputado Wilson disse, são poucos; mas isso vai ajudar em muito a cada um deles

E o Wilson foi muito feliz quando falou que seria interessante, se não agora, mas no mês de janeiro talvez, nós fazermos o mesmo com os três servidores da copa, o seu Jorge, a Dita e o seu Tino, que fazem um grande trabalho, atende a todos nós na hora e fora de hora.

Então, Deputado Botelho, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que colocasse essa minha emenda de 1.400 reais, que equipara, fazendo justiça aos nossos servidores de seguranças civis, que colocasse em destaque para que nós pudéssemos votar, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o requerimento (LEIA-SE "PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7/2023") permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

O Sr. Wilson Santos – Presidente, uma Questão de Ordem, o senhor colocar em destaque as nossas emendas é possível?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não é possível.

O Sr. Wilson Santos – Não é possível?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não, elas foram rejeitadas em duas comissões.

O Sr. Wilson Santos – Uma pena, vamos voltar esse assunto mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Paulo Araújo... Ah, Deputado Paulo Araújo está pedindo para votar logo o PLC...

O SR. PAULO ARAÚJO – 56.

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...vamos votar o PLC nº 56.

Projeto de Lei Complementar nº 56/2023, Mensagem nº 120/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre a jornada de trabalho mensal dos servidores públicos civis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública, prejudicando as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e o Substitutivo Integral nº 1, nos termos Substitutivo Integral nº 2. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, prejudicando as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e o Substitutivo Integral nº 1, nos termos do Substitutivo Integral nº 2.

Esse projeto chegou aqui no mês de agosto, ele chegou em regime de urgência, nós o seguramos para que houvesse todas as negociações e todos os debates, estão permitindo votá-lo hoje, pois, segundo o Deputado Lúdio Cabral, o Deputado Paulo Araújo e os demais Deputados que participaram, houve um consenso em relação ao projeto.

Então, coloco em discussão... Para discutir, Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Só reforçar aqui ao conjunto de servidores públicos que esse projeto foi objeto de muita discussão, inclusive antes das Sessões, eu, Deputado Lúdio Cabral e os demais Deputados, o Líder do Governo, Dilmar, que pilotou a negociação diretamente com o secretário da Casa Civil,

Fabinho, e todos os Deputados que auxiliaram de forma direta no convencimento para que nós pudéssemos manter as garantias instituídas em leis específicas das carreiras.

Então, nós fizemos esse substitutivo, e gostaria que o Presidente Deputado Botelho pudesse ler, até porque quem esteve ali conosco foi o presidente do meu sindicato, o Sisma, que acompanhou ali a redação.

Mas gostaria, Presidente, que Vossa Excelência pudesse... Porque ele é um substitutivo bem simples e curto, que Vossa Excelência pudesse ler ao conjunto de servidores públicos, porque nem todos têm acesso a essas informações; senão, se quiser, eu posso fazer a leitura.

Só gostaria que Vossa Excelência fizesse a leitura do substitutivo da forma como foi negociada, que foi garantindo as leis...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pode fazer a leitura, Deputado.

O SR. PAULO ARAÚJO – ...Deputado Lúdio foi também um grande companheiro, que é servidor como eu da Secretaria Estadual de Saúde, que acompanhou de forma direta as negociações.

Vamos lá.

"Esta lei complementar dispõe integralmente sobre a jornada de trabalho mensal dos servidores públicos civis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

O disposto nesta Lei Complementar aplica-se, no que couber, aos servidores exclusivamente comissionados e eventuais contratos temporários.

A jornada de trabalho mensal dos servidores públicos civis não deverá exceder às seguintes cargas horárias: 100 horas mensais para os cargos em jornada de 20 horas; 150 horas mensais para os cargos com jornada de 30 horas; 200 horas semanais para os cargos com jornada de 40 horas, e 220 horas mensais para os cargos com jornadas de 44 horas semanais."

Aí, vem aquilo que negociamos, que foi: "O disposto no *caput* deste artigo aplica-se sem prejuízo da jornada ordinária estabelecida nas leis de carreira específica". Aí, cada carreira que tem a sua legislação específica mantém aquilo que está nela.

"Fica alterado o § 2º do art. 46 da Lei Complementar nº 441 – é uma lei específica da saúde –, de 24 de outubro (...), que passa a vigorar com a seguinte redação...", mantendo o que está lá no § 2º do art. 46 da Lei Complementar nº 441.

"Art. 46 (...)

§ 2º Eventualmente, caso realize uma quantidade maior de plantões em um determinado mês, o servidor poderá optar em...", § 1º, § 2º, conforme lei específica.

E depois o art. 4º, "Fica alterado o *caput* do art. 47 da Lei Complementar nº 441, de 24 de outubro (...), que passa a vigorar com a seguinte redação: 'A jornada de trabalho em regime de plantão não deverá ultrapassar os limites de horas estipuladas nas normas estaduais específicas sobre matéria, salvo quando...", aí é aquilo que está na lei específica 441.

"Fica revogado o § 1º do art. 14 da Lei nº 8.321, de 12 de maio de 2005."

Então, essas foram as alterações, mantendo o que disciplina cada carreira.

Obrigado.

(O SR. VALDIR BARRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Em discussão. Nenhum Deputado mais inscrito para discutir... Vai discutir, Deputado Lúdio?

Com a palavra, Deputado Lúdio Cabral.

O Sr. Lúdio Cabral – É bem rápido, Presidente, para que, inclusive, possamos já começar a votação.

Mas, assim, para ser bastante didático, todas aquelas alterações previstas na Lei Complementar nº 441 foram retiradas, elas foram retiradas e permanece aquilo que já está disposto na Lei Complementar nº 441, o que constará na nova lei será para as categorias que não tem legislação específica.

Bom, há um problema que nós, infelizmente, não conseguimos resolver agora; e aí, pedimos a compreensão dos trabalhadores do sistema penitenciário e do socioeducativo. Como não tem, na legislação de carreira específica, norma que discipline jornada de trabalho em plantão, nós apresentamos uma emenda de lideranças para colocar nessa lei a norma específica para os trabalhadores do sistema penitenciário e do socioeducativo.

Só que, por conta da construção de um novo substitutivo com essas alterações que foram feitas agora, nós não temos condições de pedir destaque para votar aquela emenda de lideranças, que é a Emenda nº 10, ela está prejudicada.

Então, esse é um problema, é um prejuízo que nós não conseguimos superar no processo de diálogo que estabelecemos tanto com o Governo, com a Casa Civil, com a Secretaria de Planejamento, com a Liderança do Governo aqui, com a Bancada do Governo e com a Mesa Diretora.

Então, fica essa pendência e a demanda para que se alcance normatizar, na legislação da carreira do socioeducativo e do sistema penitenciário, a jornada de trabalho específica para plantão.

Agora, uma outra coisa que é importante dizer: o texto da lei como ele ficou significa que as cargas horárias estabelecidas para a jornada mensal fica sendo a carga horária máxima e, caso ela seja alcançada por alguma categoria ou por algum servidor, ele será devidamente remunerado por essa carga adicional, é que ele cumprirá.

Inclusive, para que, caso isso aconteça, haja respaldo legal para que o pagamento dessa carga horária extra seja realizado pelo Estado e não fique pendência, trabalhador que fez jornada a mais e não recebeu na forma devida pela jornada a mais que fez.

Inclusive, isso ficou bem amarrado no texto da lei para que aquelas outras categorias que não têm norma específica não tenham risco de terem que trabalhar mais sem serem remunerados pela carga horária adicional que vierem a cumprir em escala de plantão.

É isso.

(O SR. EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Acabou a discussão. Então, sanadas todas as dúvidas, vamos encerrar a discussão, vamos para a votação.

Peço para o Deputado Max coletar os votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota o Deputado Beto Dois a Um? SIM. Como vota o Deputado Carlos Avallone? (PAUSA) Como vota Dilmar Dal Bosco? SIM. Como vota Júlio Campos? (PAUSA) Como vota Paulo Araújo? Como vota Sebastião Rezende? SIM. Como vota Janaina Riva? (PAUSA) Como vota Juca do Guaraná? (PAUSA) Como vota Silvano Amaral? SIM. Como vota Thiago Silva? SIM. Como vota Diego Guimarães? SIM. Como vota Lúdio Cabral? SIM. Como vota Nininho? SIM. Como vota Valdir Barranco? SIM. Como vota Wilson Santos? SIM. Como vota Cláudio Ferreira? (PAUSA) Como vota Elizeu Nascimento? SIM. Como vota Faissal Calil?

O SR. FAISSAL – SIM, até o Lúdio votou SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota... SIM, Faissal Calil votou SIM.

Como vota Gilberto Cattani? Pelo Paulo Araújo, SIM.

Dr. Eugênio como vota? SIM. Max Russi vota SIM. Fábio Tardin como vota? SIM. Valmir Moretto como vota? (PAUSA)

Vamos à segunda chamada.

Como vota Carlos Avallone? Ausente. Como vota Júlio Campos? Ausente. Como vota Janaina Riva? Ausente. Como vota Juca do Guaraná? Ausente. Como vota Cláudio Ferreira? Ausente. Como vota...

Cláudio Ferreira vota SIM? Cláudio Ferreira vota SIM.

Como vota Valmir Moretto? Ausente.

Presidente, 18 votos SIM e 5 ausências.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Com 18 votos SIM, 5 ausências, e o Presidente só vota em caso de empate, então o PLC está aprovado. Vai ao Expediente. (APLAUSOS)

Em 1ª votação, Projeto de Lei Complementar nº 65/2023...

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...quero só, para encerrar esse assunto, parabenizar os servidores públicos que estiveram à frente lutando, tem que ser assim mesmo, participando, defendendo os seus direitos, esse projeto está 4 meses aqui, até fechar o acordo nessa discussão. Então, parabéns aos Deputados que lutaram para procurar um acordo.

Deputado Max.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Desculpa, Presidente, o Deputado Valmir Moretto também registra o voto dele SIM, então 19.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, está registrado...

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...Deputado.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – ...Vossa Excelência atendeu na Presidência o pessoal do socioeducativo. Como a lei é geral, vou pedir para apresentar ao senhor, Presidente da Assembleia Legislativa, a reivindicação do socioeducativo para abrirmos um diálogo com a Casa Civil e com o Governo do Estado.

O Sistema Penitenciário também, que até foi um pedido também de Vossa Excelência aí atrás, tá bom!

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Presidente, Presidente, só quero também, em tempo, colocar o voto SIM do Deputado Juca do Guaraná. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Está registrado.

Bom, então parabéns aos servidores! Feliz Natal e um próspero Ano Novo para vocês. (APLAUSOS)

Projeto de Lei Complementar nº 65/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Dilmar Dal Bosco, que modifica o inciso I, § 2º, do art. 31 da Lei Complementar Estadual nº 592, de 26 de maio de 2017. O parecer é favorável da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Deputado Max Russi para fazer a coleta dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Vamos à votação.

Como vota o Deputado Beto Dois a Um? SIM. Como vota Carlos Avallone? Como vota Dilmar Dal Bosco? SIM. Como vota Júlio Campos? (PAUSA) Como vota Paulo Araújo? (PAUSA) Como vota Sebastião Rezende? SIM. Como vota Janaina Riva? (PAUSA) Como vota Juca do Guaraná? SIM. Como vota Silvano Amaral? SIM. Como vota Thiago Silva? SIM. Como vota Diego Guimarães? SIM. Como vota Lúdio Cabral?

É o Projeto nº 65/2023, do Deputado Dilmar Dal Bosco.

NÃO, Lúdio vota NÃO.

Como vota Deputado Carlos Avallone? SIM. Como vota Nininho? SIM. Como vota Valdir Barranco? NÃO. Como vota Wilson Santos? Como vota Cláudio Ferreira? SIM. Como vota Elizeu Nascimento? SIM. Como vota Faissal Calil? (PAUSA) Como vota Gilberto Cattani? SIM. Como vota Dr. Eugênio? SIM. Max Russi vota SIM. Como vota Fábio Tardin? SIM. Como vota Valmir Moretto? (PAUSA)

Vamos à segunda chamada.

Como vota Júlio Campos? Ausente. Como vota Paulo Araújo? Ausente. Como vota Janaina? Ausente. Como vota Faissal Calil? Ausente. Como vota Valmir Moretto? Ausente.

Presidente, 16 votos SIM, 2 votos NÃO e 5 ausências.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 16 votos SIM, e 2 NÃO, o PLC está aprovado. Vai à 2ª votação.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto da Defensoria Pública que autoriza a Defensoria a transferir recursos para custeio de despesa do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de lei... Peço para os Deputados que não saiam, nós temos que ter quórum para fazer mais, fora essa, duas Sessões. Olha o tanto de projeto que tem aqui, nós temos que votar esses projetos este ano.

Projeto de Lei nº 2.340/2023, Mensagem nº 186/2023, que altera a Lei de 27 de março de 2000, que cria o Fethab. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

(EM 1ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 2.340/2023, MENSAGEM Nº 186/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA A LEI Nº 7.263, DE 27 DE MARÇO DE 2000, QUE CRIA O FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Esse projeto aqui é muito interessante, muito importante, eu acho que o Governo vai fazer parceria com os municípios para fazer recuperação de estrada. É uma iniciativa do vice-governador, Otaviano Pivetta, e parabéns para ele, porque realmente isso aqui vai fazer uma parceria muito grande com os municípios.

O Sr. Sebastião Rezende – Pela Ordem, senhor Presidente.

Senhor Presidente, Deputado Botelho, Deputado Botelho aqui, ó, estou aqui, ó.

Botelho, só falando pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Desculpa, Sebastião, é que está muito som e não sei de onde está vindo.

Tudo bem, Deputado.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – É só perguntar a Vossa Excelência, nós... Aí, quero mais uma vez parabenizar a Assembleia Legislativa, a Vossa Excelência, que preside esta Casa, pela iniciativa de propor o projeto de lei em que exige que a Rumo, ao fazer qualquer mudança de traçado, passe pela Assembleia Legislativa.

Esse projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa, teve alguns artigos rejeitados, esta Casa derrubou e hoje obrigatoriamente qualquer alteração de traçado que a Rumo faça na ferrovia tem que, obrigatoriamente, passar pela Assembleia Legislativa.

Face a isso, senhor Presidente, ao termos uma lei nesse sentido, nós propusemos um projeto de decreto legislativo, Deputado Thiago Silva, Deputado Sebastião Rezende, Deputado Cláudio Ferreira e Deputado Nininho, nós estamos propondo sustar os efeitos da licença concedida para que a Assembleia Legislativa possa analisar esse traçado, nós não podemos permitir que a Rumo faça o que ela bem deseja fazer.

Então, senhor Presidente, nós fizemos um requerimento pedindo, inclusive, dispensa de pauta nesse projeto de decreto legislativo, e gostaria de saber de Vossa Excelência se já foi aprovada essa dispensa de pauta.

Já foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Já foi e nós vamos votar hoje ainda...

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Isso, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...acredito que nós podemos votar; na próxima Sessão, nós poderemos fazer a votação já desse decreto legislativo, Deputado Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Ótimo, e até fundamentei, porque nós temos lei agora que exige que passe por aqui, senhor Presidente.

Muito obrigado, Deputado Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Muito bem.

Projeto de Lei nº 1.556/2023 (MENSAGEM Nº 99/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, acatando a Emenda nº 1, rejeitando as Emendas nºs 2 e 3. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, rejeitando a Emenda nº 1, prejudicando as Emendas nºs 2 e 3.

Em discussão. Encerrada a discussão. Vamos para a votação. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste. Deputado Thiago Silva está registrando voto contrário, só o voto... Oi?

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

Voto do Sebastião Rezende contrário, voto do Deputado Cattani contrário, os demais favoráveis. Aprovado. Vai ao Expediente.

Não tem emenda, foi rejeitada.

Projeto de Lei nº 2.338/2023, Mensagem nº 184/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que autoriza o Estado a delegar aos municípios a administração e exploração de rodovias estaduais. O parecer é favorável da Comissão de Infraestrutura e de Transporte nos termos do Substitutivo nº 1.

(O SR. PRESIDENTE QUESTIONA O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Nós fizemos um substitutivo nele, primeiro, delimitando o prazo dentro de 3 anos... Tem que ser enviado para a Assembleia Legislativa; segundo, tem que regulamentar os critérios que ele vai passar para os municípios, como que vai ser feito para esse repasse dessas estradas.

Então...

(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...não, esse aqui é o da administração do município, delegar aos municípios para exploração de rodovia.

Então, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 2.339/2023 (MENSAGEM Nº 185/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (NO ESTADO DE MATO GROSSO – FMTE – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS). O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Nós vamos fazer algumas alterações nele, mas nós vamos fazer para a 2ª votação.

Então, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

O Sr. Sebastião Rezende – Pela Ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Gostaria apenas de pedir a Vossa Excelência para colocar o projeto de decreto legislativo que nós solicitamos, senhor Presidente, em apreciação, que Vossa Excelência vote agora.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Nós vamos colocar na próxima Sessão, daqui a pouquinho, está na comissão, a comissão está terminando o parecer e nós já colocaremos.

Mais uma vez, convoco os Deputados... Sigam o exemplo do Deputado Fábio Tardin, que está sempre firme aí, Deputado Lúdio, Deputado Cattani, tem que admitir que vocês são firmes, tem que reconhecer isso, vou criar aqui o prêmio de assiduidade do Deputado (RISOS), é meritocracia do plenário.

SSL ALMT
Secretaria de Serviços Legislativos
Assembleia Legislativa

Projeto de Lei nº 2.117/2023, Mensagem nº 161/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre a alteração dos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.730, de 27 de julho de 2018, em cumprimento a Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Estado de Mato Grosso, no âmbito do Inquérito Civil 001823-005/2022, que trata da concessão do Terminal (DE TURISMO) Social e Lazer da Salgadeira. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão... Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, quero dizer que a ficha vai caindo aos poucos, né, quando os agentes públicos reconhecem que o Estado não pode tudo e de que a Constituição permite parcerias para o bom desempenho.

Esse terminal turístico foi construído na gestão do presidente João Figueiredo e do governador Júlio Campos por volta de 1984. O Governo Federal fez vários terminais como esse Brasil afora, que atendeu muito bem a população.

Salgadeira é um nome que vem de um local onde salgava o gado, quando nós não tínhamos energia elétrica, então os pecuaristas desciam com o seu gado e paravam ali naquele córrego de águas frias, límpidas, sacrificavam o gado e ali faziam o salgamento, daí ficou conhecido como Salgadeira o local onde se salga a carne para atender Cuiabá, para atender Várzea Grande.

E é um córrego maravilhoso, ele nasce naquele paredão de arenito ali em Chapada; quando chove, aquele bloco retém a água e vai liberando essa água aos poucos, de maneira contínua, formando os córregos que vão formar o Coxipó, desaguar no Rio Cuiabá e daí todos nós sabemos a sequência dessas águas.

Esse terminal foi fechado, senhor Presidente, em 2010, por uma provocação do Ministério Público, ele ficou 8 anos fechado, abandonado, caindo aos pedaços e, na gestão do governador Pedro Taques, recebi a missão de comandar a reforma para devolver.

Foi toda uma engenharia política junto ao Ministério Público, junto ao doutor Rodrigo, quero aqui enaltecer o juiz da Vara Ambiental da Comarca de Cuiabá, doutor Rodrigo Roberto Curvo.

Agradecer ao promotor de Justiça Marcelo Vacchiano, à promotora Ana Luiza Peterlini, ao procurador de Justiça Domingos Sávio de Barros Arruda, que todos contribuíram muito para construir uma documentação que permitisse a restauração da Salgadeira, mas também que devolvesse o direito ao banho na corredeira do córrego da Salgadeira e na cachoeira. Não foi fácil. Foram 8 meses de obra e essa obra foi finalmente entregue em junho de 2018.

Quero pedir só mais um minuto para Vossa Excelência.

E foi feito, então, o leilão e um grupo de empresários, liderado pelo Élson, ganhou essa concorrência e está lá há 5 anos. Da nossa parte, houve uma falha, que nós nunca tivemos a hombridade de corrigi-la. Nós, quando digo, é o Estado.

Porque nós fizemos um contrato de que entregaríamos esses bens, inclusive, com a estação de tratamento de esgoto, que nunca foi entregue e o esgoto ali sempre foi retirado pela concessionária que venceu a licitação, ficou por conta dela. O que não era justo com o concessionário vencedor da licitação.

E depois de 5 anos, Deputado Max, o Estado resolveu tirar aquele grupo... Que tocou muito bem a Salgadeira, está em ótimas condições, o banheiro muito limpinho, cheiroso, as escadarias bem conservadas, o playground, está de parabéns a empresa que está deixando a Salgadeira.

E agora vem o Sesc, o poderoso Sesc, e espero que o Sesc melhore as condições do Terminal Turístico, que o Sesc não explore financeiramente, porque naquela região ali são atendidas principalmente as classes C, D e E, que não têm piscina em casa, que não são sócias de clubes, que têm a Salgadeira como um ambiente para curtir.

SSL ALMT Assembleia Legislativa

Então, quero votar favoravelmente, mas dizer que essa contrapartida tem que ser onerosa, o Sesc tem que pagar ao Estado uma mensalidade, assim como a primeira concessionária pagou. Tem que ser onerosa. Nós vamos acompanhar isso.

Mas desejo ao Sesc sucesso, ele está ganhando uma concessão por 30 anos, 30 anos, só espero que essa transição não aconteça em janeiro, janeiro é mês de férias e quem estiver assumindo precisa de um tempo para se adequar.

Essa transição tem que ser feita de março para frente, só essa observação que faço.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrada a discussão.

Deputado Wilson, obrigado pela aula de história. Não sabia essa história da Salgadeira, que o nome era por isso e obrigado pela aula também de geologia que o senhor deu ali, sobre as pedras que retém a água.

Vamos para a votação. Aqueles que aprovam o parecer permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 2.280/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que aprova os convênios ICMS que relaciona, celebrados no âmbito do Confaz, Mensagem nº 137/2023. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(NÃO HOUVE EXPLICAÇÃO PESSOAL.)

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vou encerrar esta Sessão então e vamos abrir a terceira Sessão Ordinária do dia.

Declaro encerrada a Sessão e convoco para a Sessão Ordinária logo a seguir, está encerrada esta Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

(**PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTES SENHORES DEPUTADOS**: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - EDUARDO BOTELHO, CARLOS AVALLONE, DILMAR DAL BOSCO, SEBASTIÃO REZENDE, PAULO ARAÚJO E BETO DOIS A UM; BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - SILVANO AMARAL, JUCA DO GUARANÁ E THIAGO SILVA; BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO - LÚDIO CABRAL, VALDIR BARRANCO, WILSON SANTOS, NININHO E DIEGO GUIMARÃES; BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA - ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CLÁUDIO FERREIRA E GILBERTO CATTANI; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - DR. EUGÊNIO, MAX RUSSI, FÁBIO TARDIN “FABINHO” E VALMIR MORETTO. **DEIXARAM DE PARTICIPAR OS** SEGUINTES SENHORES **DEPUTADOS**: JÚLIO CAMPOS E JANAINA RIVA.)

SSL ALMT Assembleia Legislativa

Revisada por:
- Eunice José de Souza;
- Solange Aparecida Barros Pereira.